

MAPEAMENTO DO CONTROLE DE APURAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS NO PERÍODO COLONIAL

João Paulo Nascimento de Lucena¹; Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos²

¹Estudante do Curso de História - CFCH – UFPE; E-mail: jpn.lucena@gmail.com,

²Docente/pesquisador do Depto de Contabilidade – CCSA – UFPE. E-mail: anafontes_ufpe@yahoo.com.br .

Sumário: O presente relatório final de iniciação científica, realizado entre agosto de 2014 e julho de 2015, explorou documentos referentes à Capitania de Pernambuco no século XVIII pertencentes ao inventário realizado pelo Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão de Rio Branco. A transcrição de um livro de contas e dois balanços gerais atendeu ao objetivo do projeto de identificar as atividades de contabilidade exercidas pelos oficiais régios, bem como suas práticas e linguagens adotadas na escrituração e registro de receitas e despesas na capitania de Pernambuco no período pombalino. De modo geral, este trabalho contribuiu para a história da contabilidade no Brasil por explorar documentos concernentes à administração fazendária da dita capitania. Levantamento documental este que ainda tem muitas nuances a ser exploradas.

Palavras-chave: Brasil colônia; despesas; receitas

INTRODUÇÃO

O estudo da história administrativa do Brasil Colônia não é algo novo e se confunde com os primeiros estudos sobre a formação da sociedade brasileira, escritos entre os anos 1920 e 1940 e denominados posteriormente pelas ciências sociais como “ensaísmo de interpretação do Brasil”¹. Mas é com a publicação de “Formação do Brasil contemporâneo”, em 1942, de Caio Prado Júnior, que os estudos da história administrativa ganham nova abordagem. Agora inscrita na história econômica de viés marxista materialista, que predominaria na academia brasileira nos anos de 1940-1970, os aspectos administrativos do período colonial se resumiam ao conhecimento de cargos, leis e taxaões as mais diversas dentro daquilo que se veio a entender por Pacto Colonial.

Este conceito dava conta do exclusivismo mercantil da metrópole portuguesa sobre a colônia, e cindia a sociedade colonial de forma bipolar entre os grandes senhores, detentores das sobras das riquezas remetidas para a metrópole, e os escravos. Além de não entender o papel dos negociantes, pois “os que não estivessem num ou noutro pólo, estariam fora do “Sistema Colonial”², o pacto colonial criou uma representação marcada pela oposição “metrópole *versus* colônia, colono *versus* colonizador, crise do antigo Sistema Colonial *versus* prosperidade da Colônia, nativismo *versus* nacionalismo [...] bipolaridades que marcam as historiografias [...] sobre o final do século XVIII e início do XIX”³.

¹ Embora compartilhem de vários aspectos e pertençam a um período comum, os ensaios não expressam a organização e atuação de coletivo de autores com interesses comuns. Para mais, Cf. BOTELHO, A. 2010. *Passado e futuro das interpretações do país*. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, v. 22, n. 1.

² FARIA, S. C. 2013. *A colônia é mais embaixo*. Revista de História da Biblioteca Nacional.

³ RIBEIRO, G. S. 2002. *O desejo da liberdade e da participação de homens livres pobres e “de cor” na independência do Brasil*. Cad. Cede, Campinas, v. 22, n. 58, p. 22.

Outros rumos, no entanto, foram tomados pela historiografia brasileira e portuguesa contemporânea, cujos trabalhos, sobretudo de Fragoso, Hespanha, Gouvêa, e Bicalho⁴ trouxeram novas contribuições à história do Império Ultramarino português e de suas relações político-administrativas com “àquele que era o centro mais fundamental do complexo Atlântico, então transformado no coração do Império, da própria monarquia”⁵. Agora, o caráter original e dinâmico da administração ultramarina portuguesa no complexo Atlântico revelava-se através de estudos sobre trajetórias individuais que permitiram entrever a permanente negociata entre o poder central da metrópole e os poderes locais constituídos na colônia, obtidos por meio de uma *economia política de privilégios*⁶, caracterizada pela combinação de vantagens comerciais, distribuição de cargos e mercês.

Neste contexto, sobressaem-se as instituições referentes à área fiscal de controladoria. Segundo Silva, “desde o século XIV, percebeu-se o nascimento de instituições que buscaram conduzir com precisão a esfera fiscal não apenas no Reino, como também em suas colônias, no decorrer dos séculos.”⁷ Exemplos são a Provedoria Geral da Fazenda, depois substituída pela combinação de um órgão central, Erário Régio, com os periféricos instituídos na colônia, as Juntas da Real Fazenda.

Assim, esta pesquisa realizou um mapeamento dos documentos referentes às atividades de contabilidade exercidas pelos oficiais régios dentro do controle de apuração das receitas e despesas públicas da Colônia de Pernambuco no final do Setecentos a partir da exploração dos “Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania de Pernambuco”, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) e inventariados pelo Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão de Rio Branco. Este trabalho insere-se também num projeto mais amplo de busca do desenvolvimento histórico da ciência contábil que prevê a reunião e sistematização de informações que esclareçam a prática e linguagem contabilísticas adotadas em Pernambuco no período de 1770 a 1793, por ter-se tratado de época da modernização administrativa da Coroa Portuguesa e, por conseguinte, de sua principal colonial, o Brasil.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo da administração no Brasil Colônia passa pelo crivo arquivístico dos dois principais órgãos administrativos da Coroa portuguesa, quais sejam: o Conselho Ultramarino e a Secretaria de Marinha e Ultramar, cujas documentações encontram-se guardadas no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa, onde “a maioria da documentação relativa aos trezentos anos de história do Brasil Colônia encontra-se em sua posse”⁸.

No intuito de identificar, registrar, microfilmar e difundir documentos referentes ao Brasil Colônia foi criado, em 1995, o Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (Projeto Resgate), resultado do acordo bilateral entre autoridades portuguesas e brasileiras no âmbito da Comissão Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO).

⁴ Cf. FRAGOSO, J. L. R. 1992. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790- 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; HESPANHA, A. M. 1994. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político (Portugal- século XVII)*. Coimbra: Livraria Alamedina.

⁵ GOUVÊA, M. de F. S. 2001. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808), in: *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. (João Fragoso, et. al. Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 313.

⁶ FRAGOSO, João et. al. Orgs. 2001. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

⁷ SILVA, C. C. C. Ob. cit., p. 06.

⁸ DIAS, Érika & FREIRE, Luiz G. 2011. Projeto Resgate: ampliando os horizontes da história luso-brasileira. São Paulo: Revista de História & Ciências Sociais, p. 58.

Para atender ao objetivo da pesquisa procederam-se, num primeiro momento, à leitura bibliográfica, e a identificação e classificação dos manuscritos segundo tema, data e ementa. Em seguida realizou-se a categorização segundo ordem cronológica do documento (por ano) e não a de sua catalogação pelo Projeto Resgate, que ordenou por caixa. O tipo de tratamento incidu sobre determinados tipo de fontes mais ou menos homogêneas com relação ao tema e, por conseguinte, a forma pela qual fora tratado pelos seus autores, qual seja: a prática e linguagem de escrituração contabilística adotadas à época, como balanços gerais e livro de contos, por exemplo. A atenção dispensada à ocorrência de elementos ou ocorrências comuns inseriu-se na busca de medições e variações próprias à serialização⁹ das fontes. Procedeu-se também à transcrição de dois balanços gerais e um livro de contas, segundo as normas gerais para transcrição de manuscritos. Todo o primeiro procedimento contou o software de busca detalhada Sisdoc – Sistema de Documentação, que acompanha a última cópia dos cd's.

RESULTADOS

O império português é pluricontinental, conceito de Nuno Gonçalo Monteiro¹⁰ que busca dá conta de uma ideia simples: a de Portugal como um centro, na Europa, com irradiações e poderio nos continentes americanos, africanos e asiáticos, locais onde empreendeu colonização. As instituições de ordem fiscal desempenham funções estratégicas, sendo a área que mais sofreu modificações ao longo dos séculos. O estudo da administração da América Portuguesa necessita de um estudo da formação do Reino português, mas de forma a entrecruzar práticas anteriores e posteriores, de forma a assinalar as mudanças de ordem fiscal e jurídica, buscando suas origens econômicas e geográficas. O direito geral do Reino português era, muitas das vezes, ignorado por um direito próprio da colônia que se fazia na ordem do dia. Segundo Hespánha (1994), caracterizava um pluralismo jurídico, que derivava da “constituição pluralista do Império, em que cada nação submetida podia gozar do privilégio de manter seu direito”¹¹ e a inconsistência do direito, de modo que as normas particulares (como costumes locais e estilos de decidir dos tribunais locais), a chamada *iura própria*, sobressaía-se às normas gerais (como a lei ou doutrina jurídica geral), chama de *ius commune*.

DISCUSSÃO

Esta pesquisa situa-se, portanto, numa linha historiográfica chamada pelo historiador holandês Henk Wesseling (1992)¹² de História de além-mar. Wesseling situa a história de além-mar num campo interdisciplinar em que a “necessidade de colaborar com outros especialistas da mesma área, como lingüista, antropólogo ou historiadores da arte”¹³ se faz uma constante. Contato com profissionais outros que requer habilidades lingüísticas e, portanto, colaboração com fontes primárias: [...] “o historiador de além-mar trata normalmente, com dois tipos de fontes, por um lado as fontes europeias, em sua maior parte arquivísticas, e por outro, as não-europeias, escritas.”¹⁴

⁹ Segundo BARROS, J. D. A. 2009. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Rio de Janeiro: Vozes, a história serial refere-se a determinado ‘modo de tratamento’ das fontes e tem por objetivo identificar regularidades.

¹⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. 2001. A tragédia dos Távora: Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII. In: *Na trama das redes: política e negócios no império português (séculos XVI-XVIII)* (GOUVÊA, et.al. orgs. 2010.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

¹¹ HESPANHA, A. M. 1994. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político (Portugal- século XVII)*. Coimbra: Livraria Alamedina.

¹² WESSELING, H. 1992. História de além-mar. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. (Peter Burke). São Paulo: UNESP.

¹³ Ibid., p. 99.

¹⁴ Ibid., p. 98.

Por administração da Coroa é preciso esclarecer alguns pontos. Primeiro é que a administração fazendária da Coroa na América Portuguesa é resultado de um rearranjo face às dinâmicas coloniais de ordem geográficas e econômicas que lhe modificaram a estrutura e legaram à posteridade uma forma original, isto é, não houve um traslado das instituições portuguesas sem mutações conforme postularam Raymundo Faoro e Caio Prado Júnior.

A distância de um Atlântico entre Reino e Colônia é um fato que não pode ser descartado em momento algum, pois, uma vez em terra, até mesmo os encarregados reais pela fiscalização de importantes funções administrativas podiam-se valer de ambições particulares, o que leva à dedução de que a colonização deu-se, muitas vezes, por negociação e de que práticas ilícitas faziam parte da ordem do dia. Os poderes locais constituídos responsáveis pela arrematação das receitas gozaram de relativo poder autônomo. O poder, portanto, não se encontra no monarca, mas numa estrutura chamada por António Manuel Hespanha¹⁵ de polissinodal: compartilhada por várias instituições.

CONCLUSÕES

Desde a sua centralização, no século XIII, o Estado português buscou tornar eficiente seu aparelho administrativo através da criação de instituições, discriminando funções e extinguiu outras através de regimentos. No século XVIII, com as reformas do Marquês de Pombal, as reformas por ele empreendidas incidiram sobre os aparelhos estatais de controladoria fiscal, de modo a torná-las eficientes: daí as aulas de comércio, com novos conceitos e formas de tratar o caixa e registro de arrematação das receitas. Vê-se, portanto, como as instituições fiscais enquadram-se naquilo que o filósofo francês Michel Foucault chamara de saber-poder que determinadas instituições ocupam na estrutura burocrática do estado. No presente caso, o saber-poder fiscal de contabilidade proporcionava altas remunerações aos oficiais régios e lugar de prestígio na estrutura social colonial.

AGRADECIMENTOS

À Pro Reitoria de Pesquisa (Propesq) e ao Programa de Educação Tutorial.

REFERÊNCIAS

- BARROS, J. D. A. 2009. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Rio de Janeiro: Vozes
- BOTELHO, A. 2010. *Passado e futuro das interpretações do país*. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, v. 22, n. 1.
- DIAS, Érika & FREIRE, Luiz G. 2011. Projeto Resgate: ampliando os horizontes da história luso-brasileira. São Paulo: Revista de História & Ciências Sociais.
- FARIA, S. C. 2013. *A colônia é mais embaixo*. Revista de História da Biblioteca Nacional.
- GOUVÊA, M. de F. S. 2001. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808), in: *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. (João Fragoso, et. al. Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HESPANHA, A. M. 1994. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político (Portugal- século XVII)*. Coimbra: Livraria Alamedina.
- RIBEIRO, G. S. 2002. *O desejo da liberdade e da participação de homens livres pobres e "de cor" na independência do Brasil*. Cad. Cede, Campinas, v. 22.
- WESSELING, H. 1992. História de além-mar. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. (Peter Burke). São Paulo: UNESP.

¹⁵ HESPANHA, A. M. Ob. cit.